

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- a) Este caderno de provas contém 20 (vinte) questões objetivas sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos. As questões são de múltipla escolha, contendo 5 (cinco) alternativas e apenas 1 (uma) única resposta correta.
- b) Caso este caderno esteja incompleto ou contenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua imediatamente.
- c) As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas para a *Folha de Respostas*, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da *Folha de Respostas* será de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser feito com caneta esferográfica azul ou preta. **Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha por erro do candidato.**
- d) As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante a sua realização, comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, etc.
- e) O tempo de duração das provas será de **3 (três) horas**, já incluído o tempo destinado à identificação do candidato e ao preenchimento da *Folha de Respostas*.
- f) Durante a realização das provas o candidato não deverá se comunicar com os demais candidatos, nem levantar-se ou ausentar-se da sala sem a autorização do fiscal.
- g) Ao término da prova, o candidato deverá chamar o fiscal de sala para devolver a *Folha de Respostas* e, em seguida, deixar o local de realização das provas.
- h) O candidato que desobedecer a qualquer uma das determinações constantes no edital, no presente caderno ou na *Folha de Respostas* poderá ensejar a anulação das suas provas.

Boa Prova!

CRONOGRAMA PREVISTO (Edital do concurso no endereço www.mpdft.gov.br)		
ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito preliminar	3/7/2012	www.mpdft.gov.br
Interposição de recurso contra o gabarito preliminar	4 e 5/7/2012	* Seção de Estágio - MPDFT
Resultado provisório	17/7/2012	www.mpdft.gov.br
Interposição de recurso contra o resultado provisório	18 e 18/7/2012	* Seção de Estágio - MPDFT
Resultado final	24/7/2012	www.mpdft.gov.br
* Seção de Estágio - SEES/DGP/MPDFT, localizada no Setor de Indústrias Gráficas – SIG, Ed. D'Office Sig, lotes 525 a 575, 1º Pavimento, sala 223. Telefone: (61) 3343-8969		

CONHECIMENTOS GERAIS

O serviço que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) oferece à sociedade deve ser constantemente aperfeiçoado. Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar as ações para o atendimento de deficientes auditivos.

Acompanharam a visita o subsecretário de Cidadania do GDF, César Pessoa Mello, o gerente da Central de Intérpretes de Libras, Alexandre Ferreira de Castro, a defensora pública da União Liana Lidiane Pacheco Dani e os defensores públicos do DF Evenin Ávila e Stéfano Pedroso.

O Promotor de Justiça Vandir Ferreira levantou a hipótese de elaboração de termo de cooperação entre a Defensoria Pública, o MPDFT e a Central de Libras para a disponibilização de intérpretes de sinais nesses órgãos. Ele informou que o Ministério Público, além do treinamento interno para os servidores e da utilização de intérpretes da Central de Libras, também tem como intuito incluir nas licitações relativas à contratação de terceirizados a exigência de conhecimento em Libras.

É comum que pessoas com deficiência procurem o MPDFT em busca de auxílio judicial. Esse atendimento é responsabilidade da Defensoria Pública, para onde o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (Nurin) do Ministério Público encaminha os cidadãos. O promotor de Justiça Vandir Ferreira sugeriu que nesses casos o Núcleo entre em contato com a unidade da Defensoria Pública localizada na estação do metrô da 114 Sul para agendar o atendimento. O Núcleo poderia fornecer ainda os formulários da Defensoria para que a pessoa saiba previamente quais documentos devem ser levados no dia do atendimento.

<http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php/imprensa-menu/noticias/notcias-2011/4338-mpdft-busca-aprimorar-atendimento-aos-deficientes-auditivos>, acesso em 17/6/2012, com adaptações.

QUESTÃO 1.

Com relação ao texto, marque a alternativa **correta**:

- a) O Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência visitou a Central de Intérpretes de Libras para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar as ações para o atendimento de deficientes visuais.
- b) Foi formalizado um Termo de Cooperação entre a Defensoria Pública, o MPDFT e a Central de Libras para a disponibilização de intérpretes de sinais nesses órgãos.
- c) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, visando o bom atendimento ao público, já exige na contratação de terceirizados o conhecimento em Libras.
- d) O atendimento a pessoas com deficiência, que necessitam de auxílio judicial gratuito, é de exclusiva responsabilidade do Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (Nurin) do Ministério Público.
- e) No caso de atendimento às pessoas com deficiência, feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o promotor de Justiça Vandir Ferreira sugeriu que o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência entre em contato com a unidade da Defensoria Pública, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para agendar o atendimento.

QUESTÃO 2.

Marque a alternativa que não contém **erro** de pontuação:

- a) Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar, as ações para o atendimento de deficientes auditivos.
- b) Além do titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, o subsecretário de Cidadania do GDF, César Pessoa Mello, o gerente da Central de Intérpretes de Libras, Alexandre Ferreira de Castro, a defensora pública da União Liana Lidiane Pacheco Dani e os defensores públicos do DF Evenin Ávila e Stéfano Pedroso, participaram da visita.
- c) A Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, foi visitada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.
- d) É comum, que pessoas com deficiência, procurem o MPDFT em busca de auxílio judicial.
- e) O Núcleo passará a fornecer ainda os formulários da Defensoria, para que a pessoa saiba previamente quais documentos, devem ser levados no dia do atendimento.

QUESTÃO 3.

Marque a alternativa em que não há **erro** no emprego do sinal indicativo de crase:

- a) Ele se referiu a Defensoria Pública e não ao Ministério Público.
- b) O auxílio judicial é solicitado a Defensoria Pública.
- c) Um grupo formado por um Promotor de Justiça, vários Defensores Públicos e representantes do Governo irá à Central de Intérpretes de Libras.
- d) As vezes as pessoas procuram o Ministério Público a fim de obter auxílio judicial.
- e) O Núcleo passará à fornecer ainda os formulários da Defensoria, para que a pessoa saiba previamente quais documentos devem ser levados no dia do atendimento.

QUESTÃO 4.

Marque a alternativa em que o emprego do hífen foi escrito corretamente de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

- a) anti-higiênico, super-homem, extra-humano.
- b) arqui-inimigo, microondas, auto-observação.
- c) circum-hospitalar, pan-mágico, panamericano.
- d) hiperresistente, super-revista, ex-aluno.
- e) semi-intensivo, antiinflamatório, pós-graduação.

QUESTÃO 5.

Leia a seguinte oração e responda ao comando da questão:

“Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local.” A oração destacada em negrito é uma oração:

- a) Coordenada sindética adversativa.
- b) Coordenada sindética explicativa.
- c) Subordinada substantiva subjetiva.
- d) Subordinada adverbial temporal.
- e) Subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.

Um grande ato

O direito é plasmado por uma substância psicológica, o querer. Como se trata de um produto artificial, ou seja, feito pelo e para o homem, e nenhum querer reside senão no (vamos chamar assim por enquanto) espírito humano, podemos dizer que a experiência jurídica é toda ela um grande ato de vontade.

Mesmo quando questões relevantes refogem à intencionalidade, como desastres naturais ou acontecimentos fortuitos ou involuntários, suas implicações jurídicas são apreendidas pelos caminhos por vezes misteriosos do teleológico.

Vejam o direito cível. Atos e contratos em geral são pressupostos como válidos se existem maturidade e desprendimento intelectual que os comandem. No primeiro caso, pelo tema da idade e da sanidade mental, sem o que a plenitude da vida civil fica comprometida. No segundo caso, mesmo se a pessoa for maior e capaz, exige-se que aja de maneira desembaçada do erro e da coação, sob pena de nulidade, ou seja, de um querer que pouco vale, talvez nada.

E o direito penal, então? A noção do dolo requer “vontade livre e consciente” (dolo direto) ou, por equiparação, a assunção do risco de se produzir o resultado lesivo (dolo eventual). Nos crimes culposos, até o não querer, que os constitui, parece ser o termo forte da inspiração do agir.

Mas o que é o querer?

Bem, existe algo que o antecede que são o desejo e o saber. Só posso querer algo que tenho ao menos uma vaga idéia, e que me provoca um mínimo de simpatia.

O desejo participa de nossa existência, da nossa relação englobante com o mundo, seja para aperfeiçoá-lo, seja para destruí-lo; dificilmente será de uma valência próxima da neutralidade. Mas não é essa a diferença específica entre o querer e o desejar.

Em ambos, há uma tendência do sujeito para o objeto, uma tendência de posse. No desejo, o sujeito é passivo: o objeto gravita em torno dele, a fim de ser consumido por ele e morrer nele. Não buscamos o desejo; ele é que vem até nós, mesmo na luta para que morra sozinho e se consuma sozinho.

Artigo “Um grande ato”, de autoria do Promotor de Justiça do MPDFT Ivaldo Lemos Júnior, publicado no Jornal de Brasília, do dia 09/04/2012, caderno Opinião, página 2.

QUESTÃO 6.

Julgue os itens seguintes baseado no primeiro parágrafo do texto:

I () a substituição do vocábulo “plasmado” por “constituído” acarreta prejuízo sintático e semântico para o texto.

II () na oração “Como se trata de um produto (...)”, o vocábulo “como” atrai o pronome “se”. Dessa forma, não estaria gramaticalmente correta a construção “Como trata-se de um produto...”.

III () substituir o vocábulo “psicológica” por “psicotrópica” altera o sentido do texto.

A sequência que corresponde **corretamente** à questão é:

- a) V, V, F
- b) F, V, V
- c) F, F, V
- d) F, V, F
- e) V, F, V

QUESTÃO 7.

Assinale a alternativa cujo vocábulo pode substituir o termo “valência”, no penúltimo parágrafo, no contexto do texto. Desconsidere as alterações de gênero.

- a) questão
- b) forma
- c) maneira
- d) valor
- e) quantidade

QUESTÃO 8.

Julgue as reescrituras dos trechos do 3º e 4º parágrafos quanto a sua correção semântica ou gramatical:

I () Em geral, atos e contratos são tidos como válidos caso existam maturidade e desprendimento intelectual os quais comandem.

II () No segundo caso, ainda que a pessoa seja maior e capaz, se exige que aja de maneira desembaçada do erro e da coação.

III () Nos crimes culposos, até o não querer que os constitui parece ser o termo forte da inspiração do agir.

A sequência que corresponde **corretamente** à questão é:

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, F, V
- d) V, F, V
- e) F, F, F

QUESTÃO 9.

Assinale a questão **incorreta** quanto às estruturas linguísticas expostas no 3º parágrafo:

- a) o verbo ser está no plural para concordar com seu complemento verbal “pressupostos como válidos...”.
- b) a expressão “No primeiro caso” refere-se ao termo “maturidade”.
- c) o vocábulo “os” tem “atos e contratos” como referente textual.
- d) a expressão “No segundo caso” refere-se à expressão “desprendimento intelectual”.
- e) o vocábulo “desembaçada” está usado com recurso polissêmico.

QUESTÃO 10.

Não depreende-se das ideias do texto que:

- a) o querer não é algo natural e sim produto do espírito humano.
- b) atos e contratos podem ser considerados nulos caso exista erro ou coação.
- c) todo ato de vontade será necessariamente uma experiência jurídica.
- d) dificilmente o desejo tem um valor neutro.

- e) no dolo direto existe uma relação direta com “vontade livre e consciente”, enquanto que no eventual assume-se o risco de se produzir um resultado lesivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11.

01 - Acerca da Lei nº. 8742 de 7 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS é **incorreto** afirmar:

- a) Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social deve ser realizada de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.
- b) Consoante preceituado pela LOAS, os objetivos da assistência social são: a proteção social; a defesa de direitos e a vigilância socioassistencial.
- c) Às pessoas com deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família será assegurado benefício mensal previdenciário no valor de um salário mínimo.
- d) Consideram-se entidades e organizações de assistência social todas aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela referida Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- e) A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas).

QUESTÃO 12.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, trouxe marcantes avanços no sistema de proteção infanto-juvenil. Assinale a assertiva que se encontra amparada pelo ECA.

- a) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados à Vara da Infância e da Juventude da respectiva localidade.
- b) É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelo Conselho Tutelar e pelas autoridades sanitárias.
- c) O direito à liberdade da criança e do adolescente compreende o direito de ir e vir, de opinião e expressão, mas não abrange o direito de brincar e de divertir-se, pois estes aspectos não são mensuráveis.
- d) Na colocação em família substituta, tratando-se de maior de doze anos de idade, será sempre necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, exceto se comprovadamente a família se encontrar em situação de extrema pobreza, com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

QUESTÃO 13.

Sobre o Estatuto do Idoso, regido pela Lei nº, 10.741/2003, não se pode afirmar que esteja **correto**:

- a) O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- b) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

- c) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.
- d) Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial, sem prejuízo de comunicação discricionária aos seguintes órgãos: Conselho Municipal do Idoso; Conselho Estadual do Idoso; Conselho Nacional do Idoso.
- e) Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

QUESTÃO 14.

Segundo disposto no artigo 203 da Constituição Federal Brasileira, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- c) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- d) A erradicação da miséria.
- e) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

QUESTÃO 15.

De acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, com a redação dada pela Resolução CFESS nº. 273/1993 e alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº. 290/94 e 293/94, é **incorreto** afirmar:

- a) É vedado ao assistente social intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.
- b) É dever do assistente social denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- c) A quebra do sigilo profissional pelo assistente social só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- d) A falta de pagamento das anuidades e taxas ao Conselho Regional de Serviço Social pode acarretar a suspensão do exercício profissional do assistente social e até mesmo a cassação de sua inscrição no referido Conselho.
- e) Somente é admissível ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional quando autorizado.

QUESTÃO 16.

Sobre a Política de Assistência Social é **incorreto** afirmar:

- a) É direito do cidadão e dever do Estado.
- b) Tem como um dos princípios a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- c) É política de Seguridade Social não contributiva.

- d) Apresenta como diretriz a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- e) A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Bem-Estar Social.

QUESTÃO 17.

O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais é um instrumento que norteia as ações profissionais. As afirmativas abaixo referem-se aos deveres do Assistente Social com o usuário, **exceto** a alternativa:

- a) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- b) Empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.
- c) Esclarecer os usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude da atuação do Assistente Social.
- d) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- e) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios presentes no Código de Ética.

QUESTÃO 18.

A Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Segundo essa lei é **correto** afirmar que:

- a) Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos.
- b) É proibido qualquer trabalho a menores de quinze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- c) Qualquer criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, desde que haja autorização do seu responsável.
- d) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- e) É dever somente do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

QUESTÃO 19.

O relatório é um instrumento de trabalho bastante utilizado pelo assistente social, sobretudo no sistema sócio-jurídico. Sobre esse instrumento é **correto** afirmar que:

- a) O relatório deve conter todas e quaisquer informações sobre o usuário e a situação social em que ele está inserido.
- b) O objetivo do relatório é informar e descrever fatos sobre a vida do usuário.
- c) O relatório se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, que foi objeto da intervenção do assistente social.
- d) O relatório é um instrumento técnico-operativo, e, portanto, deve ser estático e obedecer a estrutura rígida de padronização.

e) O relatório obrigatoriamente deve conter um parecer técnico.

QUESTÃO 20.

Sobre o Serviço Social e a prática profissional, é **incorreto** afirmar que:

- a) A institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão, no Brasil, têm como fundamento processos de reprodução social da vida, e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social..
- b) Embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades.
- c) O Serviço Social se institucionaliza e legitima no Brasil, nos anos 30, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da questão social.
- d) Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do Serviço Social na época de sua institucionalização no Brasil foram fundamentados na teoria social crítica..
- e) No cotidiano da prática profissional, os assistentes sociais mantêm uma dupla vinculação: com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar um trabalho, e com a população usuária a que o profissional presta serviço.